



O presente texto se propõe a discutir a obra de Alves sob o enfoque das políticas educacionais, procurando apontar alguns caminhos para o aprofundamento dos estudos acerca das funções sociais da escola contemporânea.

Palavras-chave: Funções da Escola; Política Educacional; Sociedade Contemporânea.

*The present text has the purpose of discussing the work of Alves under the perspective of educational policies, trying to point out some ways for enhancing the studies about the social functions of the contemporary schooling.*

*Keywords: School Functions; Educational Politics, Contemporary Society.*

# O Papel do Estado na Determinação das Funções da Escola

Elisângela  
Alves da Silva  
Scaff

Mestre em Educação,  
professora da  
Universidade Estadual  
de Mato Grosso do Sul.

## *A Escola no Contexto das Políticas Educativas do Estado*

Uma rápida contextualização das políticas educacionais exige que as consideremos como fração da política social. Isso implica em admitir que ela assume determinadas funções que são implícitas às políticas públicas como um todo.

As políticas públicas, por sua vez, podem ser entendidas como estratégias de governo, relativas às diferentes áreas (entre elas a educacional), com base nas quais o Estado constrói e legaliza sua hegemonia. Essas políticas, financiadas pelo fundo público, têm a função de dissolver o mercado como *locus* da sociabilidade, socializar o excedente e gerir o conflito social (cf. Cippolla, 1995).

A análise do fundo público possibilita o entendimento de seu caráter mediador de conflitos, considerando-se que, ao mesmo tempo em que financia a produção, cria serviços que visam atender às necessidades básicas da classe trabalhadora, possibilitando uma adaptação às mudanças que se desenvolvem na sociedade. A educação é um dos serviços financiados pelo fundo público, dessa forma, envol-

ve diferentes atores da sociedade: “as classes hegemônicas, o Estado intermediador e homogeneizado pelas classes dominantes e as classes trabalhadoras” (Pastorini, 1995: 86).

Analisar, pois, a escola levando-se em conta essas mediações, implica em considerar que ela está inserida em

*... a política educacional é um dos exemplos mais patentes de como o Estado procura manter a aparência de igualdade de oportunidades entre os indivíduos, com vistas a preservar sua própria legitimidade...*

relações muito mais amplas que o processo pedagógico, sofrendo múltiplas determinações expressas através das políticas públicas de educação, as quais representam a mediação dos mais diferentes interesses em jogo na sociedade.

Considerando-se esses aspectos, pareceu interessante desenvolver uma análise das “funções sociais da escola” abordadas por Alves (1998) a partir das políticas educacionais. Como base para o tratamento dessa questão elegeu-se a obra de Claus Offe (1990) “*Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação - contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional*”, texto que discute as funções do sistema educacional. Para esse autor, a escola atua como mecanismo do Estado no sentido de prevenir contra o surgimento de “rigidezes sociais”, procurando reduzi-las ao mínimo possível. Ele diz que

... o sistema educacional serve à profilática redução de conflitos - seja dos conflitos que se colocam quando as normas e virtudes do trabalho estabelecidas pelo empresário e administrações são infringidas ou conscientemente rejeitadas, seja dos conflitos que ocorreriam caso a força de trabalho se tornasse inutilizável em grande quanti-

dade devido a transformações tecnológicas e econômicas (Offe, 1990: 34).

Offe considera que a política educacional é um dos exemplos mais patentes de como o Estado procura manter a aparência de igualdade de oportunidades entre os indivíduos, com vistas a preservar sua própria legitimidade, prevenindo-se assim, contra o desmascaramento da sua aparência de neutralidade, “ou seja, que ele seja identificado e combatido como

parte da classe dominante” (Ibid.: 40).

Para o autor, uma das funções da política educacional seria a de “tornar temporalmente contingentes as privações e frustrações experimentadas por indivíduos numa determinada situação social num determinado momento” (Ibid.: 41). Essa função da política educacional se revela, na análise desenvolvida por Alves, na medida em que esta mostra que a escola contribui para o controle dos níveis de desemprego, pois além de criar novos empregos, prolonga a permanência do jovem na escola, impedindo que pressione imediatamente um mercado já saturado.

Dado o alto grau de desenvolvimento tecnológico, cada vez mais pessoas são dispensadas do mercado de trabalho e, na tentativa de amenizar os conflitos que poderiam ser causados pela alta taxa de desemprego, o Estado oferece novas opções a esses indivíduos, entre elas, a ilusão de que está se “qualificando” para o trabalho por meio de sua frequência à escola.

A “qualificação” para o trabalho é outra questão importante discutida por Alves, quando postula que a esco-

la não qualifica para o trabalho, até porque não há necessidade de trabalhadores qualificados no mercado. O treinamento necessário para manobrar as máquinas, este é dado pela própria empresa. E vai mais longe, afirmando que a categoria “qualificação” nem mesmo é pertinente à sociedade capitalista. Para o autor “Toda e qualquer discussão sobre a qualificação profissional não consegue escamotear o fato de que o seu parâmetro norteador é a corporação feudal” (Alves, 1998: 112).

Esse pressuposto é devidamente explicado, postulando que o trabalhador qualificado era o artesão medieval. Utilizando o exemplo do sapateiro, Alves alega que,

Ao produzir, o artesão demonstrava, também, o domínio de todas as operações técnicas necessárias à confecção de sapatos. Contudo, a manufatura começou a destruir esse trabalhador por força da divisão do trabalho. O aguçamento da divisão do trabalho foi levado ao extremo com o advento da fábrica moderna. Não somente o trabalho teórico desvinculou-se do trabalho prático como, no interior de ambas as modalidades, ocorreu a divisão progressiva (Ibid.: 113).

Esse processo, enfatiza Alves, inviabilizou qualquer possibilidade de recuperação da unidade teoria

e prática no processo de trabalho. Dessa maneira, fica claro que desde que a sociedade capitalista instaurou a divisão social do trabalho, baseada na especialização do saber, o termo qualificação perdeu seu sentido, de forma que lhe parece uma incoerência a utilização dessa categoria na sociedade contemporânea.

Considerando-se, entretanto, que esse é um termo corrente na literatura relativa ao trabalho, interessa verificar qual o sentido atribuído a ele.

A esse respeito, Offe (1990), considera que, na sociedade contemporânea, O espectro do conteúdo de qualificação de trabalho sofre uma mudança de forma: deve ser apreendida não como uma capacitação concreta de trabalho, mas a própria capacidade de apreensão de sempre novos conteúdos relativos ao trabalho. (...) Ou seja, o poder ajustar-se ao ritmo das transformações técnica, organizatória e econômica e suas correspondentes exigências concretas (em rápida transformação) no plano do trabalho (Offe, 1990: 20-1).

A “qualificação” do trabalhador, na perspectiva de Offe, não se trata da formação conteudística, de modo a transformar o indivíduo em “força produtiva”, mas de sua adaptação *normativa* a determinadas relações de produção, formando disposições de comportamentos que correspondam aos interesses do sistema ocupacional. Esses comportamentos, diz o autor, vão desde a laboriosidade, a disponibilidade para aprender, a retidão, a ambição, até a limpeza, a consciência do dever, enfim, comportamentos necessários ao bom andamento das atividades no ambiente de trabalho.

*A “qualificação” do trabalhador (...) não se trata da formação conteudística (...) mas de sua adaptação normativa a determinadas relações de produção...*

### *As Funções da Escola Frente as Transformações da Sociedade Contemporânea*

Um dos aspectos mais instigantes do trabalho de Alves (1998) é o que se refere às novas funções incorporadas pela escola na sociedade contemporânea. Ele destaca que a escola vem incorporando “funções complementares”, com vistas a atender às

necessidades mais recentes da sociedade. Entre essas novas funções, destacam-se, além da sua contribuição para o controle dos níveis de desemprego, que já foi tratada aqui, a liberação da mulher para o trabalho, o fato da escola servir como refeitório para sua clientela e como importante espaço para recreação e convivência social para crianças e jovens.

Offe trata dessas novas funções da escola, em relação ao Estado, como “tarefas substitutivas”, que são assumidas pela escola com vistas a substituir sistemas que foram deixando de exercê-las devido às mudanças nas relações de trabalho na sociedade. Entre esses sistemas está a família. O fato do Estado assumir algumas funções da família origina a tendência à escola em tempo integral, a qual contribui para liberar a mulher para o trabalho, além de assumir outras funções que antes eram atribuídas à família. Entre essas funções, podemos destacar aquelas evidenciadas por Alves: a merenda escolar, o tratamento médico-odontológico, a distribuição de material didático e, mais recentemente, a Bolsa-escola.

*... a escola, na medida em que faz parte de uma política educacional financiada pelo Fundo Público, acaba incorporando sua função de financiamento e reprodução da força de trabalho.*

No que se refere à merenda escolar, vale a pena acrescentar as contribuições de Michael Apple (1995), autor que, ao discutir questões relativas ao trabalho docente, descreve uma situação que pode exemplificar essas novas funções assumidas pela escola:

Numa viagem a Washington, D. C., recentemente, visitei uma escola primária a menos de dois quilômetros da Casa Bran-

ca. Cheguei na hora do almoço e observei um grande número de crianças, pais, pessoas idosas e outros membros da comunidade pondo-se em fila ao lado do local onde estava sendo preparada uma sopa. Eles estavam esperando para obter comida, na expectativa de que houvesse alimento suficiente para todos na fila que se estendia à volta do quarteirão... (Apple, 1995: 05).

Em que pese as diferenças entre as escolas americanas e as escolas brasileiras há que se considerar que a questão da alimentação tem sido muito enfatizada nos últimos anos. No Brasil, já não é novidade o fato de que muitos alunos freqüentam a escola em busca de alimentação, a novidade, entretanto, está na ênfase dada aos programas de merenda escolar, os quais já não privilegiam as crianças carentes, mas destinam-se a atender todos os alunos que freqüentam a escola.

Em relação à Bolsa-escola, esta é abordada por Alves como uma tendência emergente na recente história da educação brasileira. Para ele, a escalada da miséria e do desemprego vai comprometendo a escola pública, cada vez mais direta e profundamente, com a reprodução da existência da família trabalhadora.

A análise desses aspectos vem evidenciar que a escola, na medida em que faz parte de uma política educacional financiada pelo Fundo Público, acaba incorporando sua função de financiamento da reprodução da força de trabalho. Offe (1989: 63-65) explica esse processo quando aponta as estratégias do Estado para gerir os conflitos sociais, manifestas na política social e trabalhista. Ele evidencia duas formas de ação do Estado: as “estratégias de

inclusão” e as “estratégias de exclusão”.

As *estratégias de inclusão* são aquelas medidas políticas, sociais e educacionais que procuram modificar as condições de oferta de trabalho, visando aumentar suas chances no mercado. O que nos interessa, para esta análise, são as *estratégias de exclusão*, as

quais constituem-se em medidas que buscam reduzir a oferta de trabalho, definindo condições de exclusão da participação no mercado para alguns indivíduos em certos períodos. Essas estratégias podem se apresentar através de medidas restritivas ou assistenciais, esperando que as pessoas subsidiadas pelo Estado renunciem à sua participação no mercado de trabalho.

O acesso à Bolsa-escola é um bom exemplo dessas “estratégias de exclusão”, tendo em vista que, para muitas famílias, representa a possibilidade de sobrevivência enquanto se encontram excluídos do mercado de

trabalho, o que vem contribuir para amenizar a possibilidade de conflitos advindos dessa situação.

A análise desenvolvida por Alves, à qual procuramos apresentar uma contribuição, mostra que a escola tem

*... a escola tem assumido funções sociais que extrapolam o aspecto simplesmente pedagógico.*

assumido funções sociais que extrapolam o aspecto simplesmente pedagógico. Evidencia a necessidade de se compreender a escola como uma instituição inserida no contexto da sociedade e cercada por todas as suas necessidades e contradições.

Essa rápida exposição procurou apontar alguns caminhos para o aprofundamento dos estudos acerca das funções sociais da escola contemporânea, os quais se constituem em elementos essenciais de análise para uma melhor compreensão do papel da escola e de seus agentes numa sociedade em constante mudança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- APPLE, Michael. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CIPPOLLA, F. Paulo. Antivalor e socialismo: perguntas sobre antivalor ou capital no meio do caminho. *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, n. 42, julho, 1995.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- . Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação - Contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. *Educação e Sociedade*, n. 35, abril/1990.
- PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 53: 80-101, março, 1997.